

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Função de Téc. Nível Médio/Mediador(EMITec)

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando a homologação em 07/06/2017, do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, Edital SEC/SUDEPE Nº 004/2017 de 23/02/2017, da Seleção Pública para contratação temporária de pessoal na função de Técnico de Nível Médio Mediador, em caráter emergencial, pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA.

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam convocados os candidatos, por ordem de classificação, constantes no presente Edital, a comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data desta publicação, no horário das 8h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h30, nos seguintes locais:

Os candidatos aprovados para o Interior do Estado deverão comparecer nas sedes dos NTE (Núcleo Territorial de Educação) a que pertence o município para o qual foram aprovados.

Art. 2º- Os candidatos deverão comparecer munidos dos seguintes documentos em **original e fotocópia**:

- a) original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior para a função temporária que concorreu expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- b) original e cópia Diploma de Conclusão do Curso, relacionado a função temporária com pré-requisito/escolaridade de nível médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- c) original e cópia dos títulos obtidos no exterior revalidados no Brasil, se for o caso;
- d) original e cópia carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;
- e) original e cópia da certidão de nascimento ou RG dos dependentes;
- f) número de conta corrente do Banco do Brasil;
- g) original e cópia título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;
- h) original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- i) declaração de bens;
- j) original e cópia PIS/PASEP (caso seja inscrito);
- k) Original e Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS para comprovação da experiência profissional conforme informado na Ficha de Inscrição Obrigatória;
- l) declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados;
- m) original e cópia certificado de reservista para os homens;
- n) 03 (três) fotos 3x4;
- o) original e cópia comprovação de residência dos últimos 08 (oito) anos;
- p) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;
- q) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;

r) folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;

s) folha de antecedentes da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há seis meses;

t) certidão negativa da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

u) certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

w) certidão negativa da Justiça Eleitoral;

v) certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

x) certidão negativa do Conselho de Classe ou órgão profissional competente;

y) declaração de que:

I - não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II - não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;

III - não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;

IV - não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

V - não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

VI - não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

VII - no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

VIII - não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

IX - não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

z) procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;

aa) comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado;

ab) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;

ac) Cópia dos exames apresentados quando da realização da avaliação médica.

Declaração/certificado de realização do curso de Capacitação de Mediadores em Ambiente Virtual Moodle;

O candidato que, na data da contratação, não reunir os documentos requisitados e enumerados acima, perderá o direito ao ingresso na referida função temporária.

E XAMES	VALIDADE DO EXAME
Hemograma	3 meses
Glicemia	3 meses
Sumario de urina	3 meses
Parasitológico de Fezes	3 meses
Acuidade visual (emitida por medico Oftalmologista)	3 meses
Rx de Tórax (PA) com Laudo	6 meses
Eletrocardiograma com Laudo(a partir dos 40 anos)	6 meses
PSA da próstata (homens a partir dos 40 anos)	6 meses

Salvador, 20 de outubro de 2017

Walter Pinheiro

Secretário da Educação

NTE 03				
MUNICIPIO: IRAQUARA				
LOCALIDADE	SANTA RITA			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169107213	IGOR DE SOUZA RODRIGUES	06275762578	33.00	5
NTE	04			
MUNICIPIO	ARACI			
LOCALIDADE	VARZEA DA PEDRA			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169105695	ANTONIA MARIA MACAMBIRA MOURA BATISTA	80979831504	26.00	5
MUNICIPIO	SERRINHA			
LOCALIDADE	VERTENTE			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169100234	BONIFÁCIO CARVALHO SANTOS	02833688539	34.00	4
MUNICIPIO	SANTA LUZ			
LOCALIDADE	SISALANDIA			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169106956	ANDERLI DOS SANTOS LIMA	03193252530	30.00	6
NTE	13			
MUNICIPIO	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA			

LOCALIDADE	SÃO TIMOTEO			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169100926	RAFAEL DE JESUS DIAS	05756382577	30.00	1
0169101348	ELIANE TEODORO DE SOUZA	05208282593	30.00	2
0169104893	EDILEUSA SILVA AGUIAR	07413571510	27.00	3
LOCALIDADE	ITAGUAÇU			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169108756	ANA PAULA NASCIMENTO SOUZA	05194569556	28.00	4
MUNICIPIO	PINDAÍ			
LOCALIDADE	GUARIPA			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169102311	VILMA BATISTA DE JESUS PRATES	02446877575	30.00	8
0169109507	PEDRO HENRIQUE ALVES FERNANDES	06847139501	30.00	9
	AVILSON FIALHO DA SILVA	03357400570	29.00	10
0169105655	20			
NTE	POÇÕES			
MUNICIPIO	BANDEIRA NOVA			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169101328	VALÉRIA DOS SANTOS	73861758504	34.00	4
0169102588	LUCAS SILVEIRA LEMOS	06241923501	34.00	5
0169107961	QUEZIA VITORIA ARIFA COSTA	04176169532	33.00	6
NTE	22			
MUNICIPIO	MANOEL VITORINO			
LOCALIDADE	POMBAS			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169103213	GILVAN PIRES SILVA	07120063545	30.00	4
NTE	11			
MUNICIPIO	SANTA RITA DE CASSIA			
LOCALIDADE	PEDRAS			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169108323	EDINON CARDOSO FAGUNDES	01262001579	28.00	2
NTE	12			
MUNICIPIO	IBIPITANGA			
LOCALIDADE	CASTANHÃO			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOT A FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0169108163	VALMIR DE CASTRO CURCINO	05172846697	29.00	4
0169104780	MARLETE OLIVEIRA SOUZA ARAUJO	05917374503	29.00	5